





el.ie.ufrj.br/ gesel@gesel.ie.ufrj.br

O elefante (poluente) na sala da COP¹

Gillian Tett²

Esperem bastante algazarra à medida que o ritual anual conhecido como Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) se desenrolar em Dubai.

Ativistas ambientais estarão gritando sobre a grotesca paródia de ter um gigantesco produtor de combustíveis fósseis, os Emirados Árabes Unidos, como anfitrião - Sultan al-Jaber, presidente da COP28, também comanda a Adnoc, a estatal petrolífera do país. Ao mesmo tempo, o governo local estará alardeando seu apoio a fontes renováveis - gastou cerca de US\$ 200 bilhões em investimentos internacionais em energia no último ano, principalmente em tecnologias verdes.

Também haverá barulho em torno às iniciativas da ONU para reduzir as emissões de metano, diminuir o uso de carvão e dar (um pouquinho) mais de dinheiro para países pobres investirem em energias verdes. Há até esforços em andamento para, enfim, tornar realidade o fundo de US\$ 100 bilhões para a transição climática há tanto prometido.

No entanto, em meio a todo esse barulho, há uma questão sobre a qual o silêncio é quase total: os subsídios aos combustíveis fósseis concedidos atualmente pelos governos quando, por exemplo, oferecem gasolina ou carvão a preços artificialmente baixos para consumidores e empresas. Isso não é apenas estranho, mas cada vez mais absurdo. Considere-o como o elefante (poluente) na sala da COP28.

Para entender por que, veja algumas pesquisas realizadas neste ano pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre os subsídios energéticos em 170 países. O exercício começa com a admissão que isso é diabolicamente difícil de calcular,

 $\underline{https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-elefante-poluente-na-sala-da-cop.ghtml}$

Acessado em 01.12.2023

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

² Colunista e integrante do conselho editorial do "Financial Times"

pois "a grande maioria dos subsídios é implícita, já que os custos ambientais muitas vezes não estão refletidos nos preços dos combustíveis fósseis, especialmente do carvão e diesel". Além disso, os custos implícitos do preço do carbono só podem ser calculados tendo como base de comparação uma trajetória climática inferida - e as suposições a respeito dessa trajetória têm grandes variações.

No entanto, analistas do FMI calculam que os subsídios governamentais explícitos para os combustíveis fósseis nesses 170 países atingiram US\$ 1,3 trilhão em 2022, o dobro de dois anos antes. Isso ocorreu em parte porque muitos governos tentaram proteger seus cidadãos do aumento nos custos da energia após a invasão russa à Ucrânia. "As diferenças entre os preços eficientes e os preços de varejo dos combustíveis são grandes e generalizadas", destaca o FMI, observando que "80% do consumo global de carvão teve um preço definido de menos da metade de seu nível eficiente em 2022". Impressionante!

O FMI também estima que os danos futuros causados pelas emissões, pelos quais os consumidores não pagam - e, portanto, representam subsídios implícitos -, atingiram US\$ 5 trilhões em 2022, usando como base de comparação a suposição de que o mundo honrará as metas climáticas de Paris. Dessa forma, os subsídios totais somam cerca de US\$ 7 trilhões, ou 7,1% do PIB mundial, um recorde.

Um grupo de cientistas, entretanto, sinalizou em 2022 na revista científica "Nature" que o custo "socioeconômico" real dos combustíveis fósseis é ainda maior, já que o mundo não está cumprindo as metas de Paris. (Eles fixaram o preço "real" do carbono em US\$ 185 por tonelada, mais do que o triplo levado em conta nos modelos do governo dos Estados Unidos).

Se isso estiver correto, esses subsídios implícitos provavelmente estariam mais próximos dos US\$ 10 trilhões, observa o FMI. De qualquer forma, o ponto principal é que os incentivos por trás do consumo de combustíveis fósseis estão na casa dos trilhões de dólares. Isso torna as brigas e discussões por um fundo de ajuda de US\$ 100 bilhões quase irrelevantes. Ofusca até os US\$ 369 bilhões da Lei de Redução da Inflação dos EUA, com todos os seus subsídios para as energias limpas.

Os subsídios implícitos provavelmente estão mais próximos de US\$ 10 trilhões, observa o FMI. O ponto principal é que os incentivos estão na casa dos trilhões de dólares. Isso torna as brigas e discussões por um fundo de ajuda de US\$ 100 bilhões a países pobres quase irrelevantes

O que deveria ser feito? A resposta óbvia é que os governos deveriam reduzir os subsídios aos combustíveis fósseis e, em vez disso, tornar a energia renovável mais barata. Isso poderia ser feito de forma direta, por meio da política fiscal, ou mais sutil, criando maior clareza em torno aos preços do carbono no discurso público.

Seja como for, esse tópico dos subsídios "precisa de discussão", como observou recentemente Ajay Banga, chefe do Banco Mundial, com um eufemismo magistral. Ou, para citar novamente a pesquisa do FMI: "A reforma completa dos preços dos combustíveis fósseis reduziria as emissões globais de dióxido de carbono para cerca de 43% abaixo dos níveis de referência em 2030 [...] enquanto geraria receitas no valor de 3,6% do PIB global e impediria 1,6 milhão de mortes anuais por poluição do ar local".

O problema, como admitiu Banga, é que "alguns desses subsídios [são] cruciais para o contrato social entre o governo e seus cidadãos". Em termos claros: os governos temem uma revolta dos cidadãos se os preços de energia subirem. É fácil entender o porquê. A França foi sacudida há alguns anos pelos distúrbios provocados pelos "gilets jaunes", os coletes amarelos, quando o governo tentou promover mudanças modestas em seu sistema de subsídios.

Ainda assim, é possível mudar - basta olhar para a Nigéria. Costumava-se presumir que seria suicídio político para qualquer governo nigeriano cortar os subsídios aos combustíveis fósseis, tendo em vista seu papel como grande produtor de petróleo. No entanto, quando Bola Tinubu se tornou presidente em maio, foi precisamente isso o que ele anunciou.

Os economistas, devidamente, avisaram que a inflação e a pobreza aumentariam, e o Sindicato Nacional do Trabalho da Nigéria ameaçou com greves em massa. O sindicato, porém, acabou recuando e a medida até agora foi aplicada sem revoltas. Por sua vez, o uso de energias renováveis no país agora cresce a passos acelerados, contou-me Nigel Topping, delegado climático da ONU, nesta semana - em parte porque a energia solar está ficando mais barata.

Isso deveria suscitar reflexões em outros países pobres, em particular os que atravessam más situações fiscais. Também deveria inspirar os mais ricos. Portanto, se Jaber quiser frustrar seus críticos na COP, ele e outros líderes mundiais precisam começar a falar em alto e bom som sobre o absurdo desses subsídios. Caso contrário, qualquer retórica que sair da COP ainda soará perigosamente oca. E ninguém pode se dar ao luxo disso. (Tradução de Sabino Ahumada)